



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**



FÁBIA ODLAREG MOURA BARBOSA

**O CONHECIMENTO DO FUTURO PROFISSIONAL CONTÁBIL ACERCA
DAS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA: UM
ESTUDO JUNTO AOS DISCENTES DE CONTABILIDADE DE UMA IES
PÚBLICA.**

FÁBIA ODLAREG MOURA BARBOSA

**O CONHECIMENTO DO FUTURO PROFISSIONAL CONTÁBIL ACERCA
DAS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA: UM
ESTUDO JUNTO AOS DISCENTES DE CONTABILIDADE DE UMA IES
PÚBLICA.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Coordenação do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande, vinculada à linha de pesquisa de Tópicos Contemporâneos de Contabilidade, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^a. Msc. Cristiane Queiroz Reis

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu, abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo do referido Trabalho de Conclusão de Curso, Intitulado: **“O CONHECIMENTO DO FUTURO PROFISSIONAL CONTÁBIL ACERCA DAS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA: UM ESTUDO JUNTO AOS DISCENTES DE CONTABILIDADE DE UMA IES PÚBLICA.”**, estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portanto, ficam a Instituição, o Orientador, e os demais Membros da Banca Examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

Sousa - PB, 02 de Abril de 2014.

Fábila Odlareg Moura Barbosa

**O CONHECIMENTO DO FUTURO PROFISSIONAL CONTÁBIL ACERCA
DAS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA: UM
ESTUDO JUNTO AOS DISCENTES DE CONTABILIDADE DE UMA IES
PÚBLICA.**

FÁBIA ODLAREG MOURA BARBOSA

Esta monografia foi julgada adequada para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada na forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – PB, Campus Sousa.

Monografia aprovada em 02 de Abril de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Msc. Cristiane Queiroz Reis – Orientadora.
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Prof.Msc. Francisco Dinarte de Sousa Fernandes
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Prof. Raul Ventura Júnior
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Dedico,
À minha mãe, ao meu pai, por todo o amor e dedicação para comigo, e por sempre ter acreditado em mim. A meu namorado por sempre está presente nos momentos da minha vida, nessa minha incessante (e inquietante) sede de saber, ao meu filho amado e ao meu irmão, pessoas fundamentais em minha vida para que eu tenha me tornado a pessoa que hoje sou. E finalmente aos meus fracassos, pois sem eles eu não seria teimosa e nem teria insistido em descobrir sempre o melhor que a vida tem a me dar e aqui estou para mostrar que sou capaz, sim.

AGRADECIMENTOS

Á Deus por ter me dado forças e iluminado meu caminho para que eu pudesse concluir mais uma etapa da minha vida.

A meu filho amado, aos meus pais pelos ensinamentos e pela lição de vida.

A meu namorado, companheiro para todas as horas, por ser tão atencioso e verdadeiro comigo, e sempre me fazendo acreditar novamente na vida.

A todos da minha família que contribuíram de maneira direta ou indireta para esta grande conquista.

A minha orientadora Cristiane Queiroz Reis pela sua paciência e ajuda incessante para realização dessa monografia, sem ela não teria como concretizar esse sonho.

A todos os meus amigos, as secretárias da Unidade Acadêmica de Ciências Contábeis e que se engajam e estiveram de prontidão para ajudar, sei que constitui laços de amizade com vocês. Valeu!

A todos os professores da Graduação que colaboraram para minha formação bacharel, a equipe de segurança.

Aos Coordenadores do Curso por quererem sempre o melhor para os alunos, buscando a valorização do Curso. Obrigada a todos. Valeu cada momento que estive junto.

RESUMO

O mundo tem experimentado um evolutivo desenvolvimento de novas tecnologias e abertura de mercados, com as constantes mudanças ocorridas na legislação societária brasileira. Portanto, este estudo teve como objetivo apresentar o conhecimento dos futuros profissionais de contabilidade, acerca das alterações ocorridas na Legislação Societária. Para o desenvolvimento desta pesquisa a metodologia utilizada foi classificada como, exploratória, descritiva, bibliográfica, pesquisa de campo, documental com abordagem quantitativa. Para o alcance dos objetivos propostos foi aplicado um questionário junto aos alunos concluintes do curso de ciências contábeis da UFCG, a fim de responder aos objetivos propostos. Como resultado a pesquisa apresentou que estes alunos possuem pouco conhecimento acerca das alterações na legislação societária brasileira, principalmente no que se refere as Leis 11. 638 de 2007, 11.941 de 2009 e o CPC 00 que foi atualizado em 2011, demonstrando que estes futuros profissionais estão saindo da universidade sem todos os conhecimentos necessários para o desenvolvimento da prática contábil.

Palavras-chaves: Contabilidade, Profissional contábil, Legislação societária.

ABSTRACT

The world has experienced an evolutionary development of new technologies and market opening, with the constant changes in the Brazilian Corporate Law. Therefore, this study aimed to provide knowledge of future accounting professionals, about the changes in the Corporate Law. For the development of this research methodology used was classified as exploratory, descriptive literature, field research, document and quantitative approach. To achieve the proposed objectives, a questionnaire was applied along the graduating students of accounting sciences UFCG in order to meet the proposed objectives. As a result of the research showed that these students have little knowledge about changes in Brazilian corporate law, especially as regards the Laws 11.638 , 2007 , 11.941 , 2009 and CPC 00 which was updated in 2011, demonstrating that these future professionals are leaving university without all the knowledge necessary for the development of accounting practice .

Keywords: Accounting , Professional Accounting, Accounting Legislation.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Possui outro curso.....	25
Gráfico 2 – Conhecimento das alterações da Lei 11.638 de 2007.....	26
Gráfico 3 – Conhece o conteúdo aprovado através da Lei 11.941 de 2009.....	27
Gráfico 4 – Conhece o conteúdo aprovado através do CPC 00 de 2011.....	27
Gráfico 5 – Alterações da Lei 11.637/07 referente as Demonstrações Contábeis.....	28
Gráfico 6 – Alterações da Lei 11.638/07 referente a empresas de grande porte.....	28
Gráfico 7 – Alterações da Lei 11. 638/07 com relação ao Balanço Patrimonial.....	29
Gráfico 8 – Alterações da Lei 11. 941/09 referente a legislação tributária federal.....	29
Gráfico 9 – Alterações da Lei 11.941/09 referente ao Balanço Patrimonial.....	30
Gráfico 10 – Alterações da Lei 11.941/09 referente ao Livro de Apuração do Lucro Real.....	30
Gráfico 11- Conteúdo do CPC 00 2011.....	31
Gráfico 12 – Alteração do CPC 00 referente as características qualitativas da informação contábeis.....	31
Gráfico 13 – Dificuldades para a prática das Normas Internacionais de Contabilidade.....	32

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Conhecimento da Lei 11. 638/07	33
Tabela 2 - Conhecimento da Lei 11. 941/09.....	33
Tabela 3 - Conhecimento do CPC 00 de 2011.....	33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

DFC - Demonstração de Fluxo de Caixa

DOAR - Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

DVA - Demonstração do Valor Agregado

FASB - Financial Accounting Standards Board

IASB - International Accounting Standards Board

IASC - International Accounting Standards Committee

IFRS - International Financial Reporting Standard

NIC – Normas Internacionais de Contabilidade

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Objetivos	13
1.1.1	Objetivo Geral	13
1.1.2	Objetivos Específicos	13
1.2	Justificativa	13
1.3	Procedimentos Metodológicos	15
1.3.1	Classificação da Pesquisa	15
1.3.2	Universo e Amostra da pesquisa	16
1.3.3	Procedimentos da coleta e tratamentos dos dados	16
2	REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1	A Contabilidade frente às alterações na Legislação Societária	17
2.1.1	A Lei 11.638 de 15 de dezembro de 2007	17
2.1.2	A Lei Nº 11.941 de 27 de maio de 2009	19
2.1.3	O CPC 00 – Estrutura Conceitual Básica	20
2.2	A Contabilidade e as Normas Internacionais de Contabilidade	22
2.2.1	Aspectos conceituais e históricos	22
2.2.2	As Vantagens e desvantagens da adoção as NICs	23
3	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	25
3.1	Perfil dos entrevistados	25
3.2	O nível de conhecimento dos futuros profissionais de contabilidade com relação às alterações na Legislação Societária.	26
3.3	Comparações dos resultados da pesquisa com uma pesquisa anterior.	32
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES.	35
	REFERÊNCIAS.	36

1 INTRODUÇÃO

No mundo moderno, em que predominam as novas tecnologias, a relevante valorização do mercado e uma crescente preocupação com a competitividade, aliada a uma necessidade de inovação, destaca-se quem sabe fazer o diferencial no cenário econômico (IUDÍCIBUS, 2009).

A busca por uma maior participação nos mercados em um ambiente competitivo faz com que as grandes empresas busquem, constantemente, meios informacionais que supram as suas necessidades, pois cada detalhe faz a diferença em uma tomada de decisão. Desta forma, os gestores buscam meios que permitem uma maior flexibilidade para a empresa, ou seja, para esta se adequar de acordo com a necessidade do meio econômico. Assim, a ação de tomar decisões em uma corporação é uma responsabilidade que precisa ser muito bem organizada (PADOVEZE, 2007).

Deste modo, surge a verdadeira função da contabilidade, que é controlar o patrimônio. A história da Contabilidade é bastante antiga, vem das origens, iniciou-se de uma forma bem arcaica, existindo antes do homem saber escrever e até calcular, pois estes primitivos já tinham seu modo próprio de utilizar de forma rústica, a inscrição, e o controle do patrimônio (BEUREN, *et. al.*, 2008; IUDÍCIBUS, 2007).

Logo, o despertar para a contabilidade ocorreu na era da Revolução Industrial, quando as transações se tornaram mais complexas, a partir daí, os gestores sentiram mais necessidades da utilização da contabilidade. Assim, o mundo vem se transformando a cada momento e juntamente surge a necessidade de adequação do profissional de contabilidade a modernização, que traz as novas ferramentas de trabalho, novos conceitos e à uma postura profissional, exigida de acordo com a necessidade atual das empresas e com a lei estabelecida pelo país. Esta necessidade em atualizar-se vem desde a formação do profissional (ZANLUCA, 2012).

Portanto a profissão contábil ainda continua passando por constantes transformações, o que vem dar mais ênfase a este profissional. O Brasil foi um dos países que aderiram ao padrão contábil internacional, juntamente com a China, Rússia, Hong Kong, África do Sul e a Austrália. As IFRS (International Financial Reporting Standard) aumentaram a responsabilidade e quebraram tabus, fazendo com que os contadores não apenas registrem as operações de uma empresa e sim auxiliem nas tomadas de decisões com dados mais uniformizados em nível mundial (LUNELLI, 2012).

Com isso, as empresas brasileiras esperavam por uma mudança na legislação societária há muito tempo, se for levado em consideração somente o tempo do Projeto de Lei nº 3.741/00, se passaram sete anos até a publicação da Lei 11.638 em 28 de dezembro de 2007. No entanto a maioria das empresas não vinha se preparando para

tais mudanças, basta observar as demonstrações financeiras das mais importantes Sociedades Anônimas brasileiras para verificar que a grande maioria delas precisa fazer mudanças significativas em suas demonstrações. Sabe-se que muitas alterações só foram realizadas a partir da vigência da Lei, porém muitas outras mudanças já poderiam fazer parte das demonstrações financeiras de muitas empresas, mesmo antes da vigência da lei, como o estudo por parte delas, das Normas Internacionais de Contabilidade (COSTA *et al*, 2013).

Portanto é observado que o atual profissional de contabilidade possui um perfil multidisciplinar, caracterizando-se como moderno e que enlaça vários campos de atuação.

Neste contexto, a presente pesquisa tem como objetivo responder a seguinte questão problema: **Será que os futuros profissionais de contabilidade estão preparados para atuar no mercado de trabalho frente as mudanças ocorridas na Legislação Societária?**

1.1 Objetivos

1.1.1 *Objetivo Geral*

- Apresentar o nível de conhecimento dos futuros profissionais de contabilidade, acerca das alterações ocorridas na Legislação Societária.

1.1.2 *Objetivos Específicos*

- Descrever o perfil dos futuros profissionais pesquisados.
- Identificar o nível de conhecimento dos futuros profissionais de contabilidade sobre as leis 11.638/07 e 11.941/09 e o CPC 00/11;
- Comparar os resultados da pesquisa com os futuros profissionais de contabilidade com os resultados de uma pesquisa anterior realizada com profissionais de contabilidade no sertão da Paraíba.

1.2 Justificativa

A evolução da contabilidade revela aos modelos de hoje, flexíveis formas de gestão, baseadas em ferramentas com previsões cada vez mais reais, sobre os fatos ocorridos nas empresas, e auxilia o gestor para que ele saiba tomar decisões dentro das

entidades estando preparado plenamente para as constantes mudanças. Porém, para muitos empresários totalmente despreocupados com a área econômico-financeira, a Contabilidade é somente necessária para atender às exigências fiscais. A quebra dos paradigmas tradicionalistas é a maior barreira para que o uso adequado da contabilidade possa mostrar aos clientes internos, e externos, sobre a situação das empresas conforme suas necessidades (MARION, 2007, SINELLI, 2000).

Dentro desse universo de crises econômicas, políticas e sociais é que as empresas devem ter um maior controle de suas atividades, com uma análise mais aprofundada de seu patrimônio, investimentos e operações. O gerenciamento é sem dúvida a palavra chave para uma conquista desse controle, que prever o que poderá acontecer à entidade diante da sua situação no passado, e no presente.

Diante disso, a contabilidade vem ao longo do tempo procurando encontrar a melhor forma de contribuir para que as entidades se mantenham ativas dentro do novo contexto empresarial vivenciado por elas. Além de ser responsável pelo fornecimento das demonstrações contábeis, a contabilidade também tem participação direta nos processos decisórios, transformando os dados em informações relevantes no momento de escolher as melhores alternativas. A contabilidade vem então, cada vez mais, priorizar a sua verdadeira função, que é a de fornecer informações úteis aos mais diversos usuários, os quais terão maior segurança quando da tomada de decisão (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999; IUDÍCIBUS, 2007).

Neste contexto a importância desta pesquisa está em considerar que as mudanças ocorridas na contabilidade representam um avanço nos procedimentos contábeis no Brasil. A partir desse novo modelo, passa ser necessária a capacitação do profissional contábil, já que “o atual cenário mundial aponta para uma crescente internacionalização da economia”, e tal demanda exigirá cada vez mais a capacidade e habilidade desses profissionais a atualizar-se a sua nova realidade. Portanto, este estudo, se torna necessário, uma vez que a contabilidade se encontra diante de novos desafios em sua profissão (RIBEIRO, 2008).

Assim o estudo contribuirá, dentro desse contexto, para o autoconhecimento e a importância do aperfeiçoamento curricular dos futuros profissionais de contabilidade com relação as mudanças ocorridas na legislação societária, fato que interessa tanto para os contadores, como para as empresas locais.

Logo, deve-se entender então que o crescimento da profissão está diretamente ligado ao conhecimento e habilidade do profissional em aplicar ferramentas baseadas nas técnicas recentes e transformá-las em oportunidade, pois a humanidade busca constantemente por melhorias sociais, científicas e tecnológicas, que influenciam diretamente o desenvolvimento da contabilidade e conseqüentemente, do profissional contábil (RIBEIRO, 2008).

1.3 Procedimentos Metodológicos

1.3.1 Classificação da Pesquisa

A metodologia em Contabilidade segundo Beuren (2008, p. 79) podem ser classificadas:

Considerando as particularidades da Contabilidade, (...), optou-se por focar as tipologias de delineamentos de pesquisas (...) agrupadas em três categorias: pesquisas quanto aos objetivos, que contemplam a pesquisa exploratória, descritiva e explicativa; pesquisa quanto aos procedimentos, que aborda o estudo de caso, o levantamento, a pesquisa bibliográfica, documental, participante e experimental; e a pesquisa quanto à abordagem do problema, que compreende a pesquisa qualitativa e quantitativa.

Assim, o presente estudo quanto aos objetivos classifica-se como uma pesquisa exploratória e descritiva. Tratou-se de uma pesquisa do tipo exploratória, pois ocorreu uma descrição do nível dos estudantes de contabilidade sobre o conhecimento acerca das mudanças na legislação societária. Conforme GIL (2008, p. 27), pesquisa exploratória:

Têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. São desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.

Justifica-se, assim, que esta pesquisa foi de forma exploratória, em função de esclarecer e proporcionar uma ampla visão, acerca da temática e através de questionário, que juntamente com as suas praticas irão facilitar a compreensão do estudo. Neste sentido também é descritiva.

Têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Dentre as pesquisas descritivas salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, nível de renda, estado de saúde física e mental, etc (GIL, 2008, p. 28),

Assim, a pesquisa é descritiva, uma vez que teve como objetivo descrever características de uma determinada população que no caso será os alunos concluintes do Curso Bacharel em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande, Campús de Sousa – PB.

Quanto aos procedimentos a pesquisa foi caracterizada como bibliográfica, campo e documental. É bibliográfica visto que seu referencial teórico foi realizado com base em pesquisas através de livros, artigos, e outros trabalhos já publicados sobre o tema.

Assim, Beuren (2006, p. 87) explica:

O material consultado na pesquisa bibliográfica abrange todo referencial já tornado público em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, dissertações, teses, entre outros.

A pesquisa é de campo, pois foi realizada junto aos alunos concluintes do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis da UFCG, campus de Sousa, através da aplicação de um questionário com 22 questões, abertas e fechadas, baseado no trabalho de Almeida Júnior (2013)¹, aplicado no mês de fevereiro do corrente ano em seu ambiente de estudo, identificando e evidenciando o conhecimento destes discentes, acerca das mudanças na legislação societária, mas especificamente das alterações advindas com as Leis 11.638/07 e a 11.941/09, bem como o CPC 00 atualizado em 2011.

Caracterizou-se também como uma pesquisa documental, pois foi tratado de analisar documentos (legislações) caracterizados como fontes primárias.

Quanto a abordagem do problema a pesquisa foi caracterizada como quantitativa, pois os dados coletados através da aplicação do questionário, foram transformados em números.

1.3.2 Universo e Amostra da pesquisa

O universo da pesquisa foi composto pelos discentes concluintes do curso de Ciências Contábeis regularmente matriculados no período de 2013.2, perfaz um universo de 40 alunos. O questionário foi distribuído com todo o universo da pesquisa, mas só obteve-se resposta de 21 alunos, os quais representam a amostra da pesquisa.

1.3.3 Procedimentos da coleta e tratamentos dos dados

O instrumento de coleta de dados foi um questionário com 22 questões que abordaram pontos relacionados ao nível do conhecimento do futuro profissional contábil acerca das principais alterações na legislação societária.

O software Microsoft Excel 2010 foi utilizado para o tratamento e análise dos dados coletados na pesquisa, e os resultados apresentados através de gráficos.

¹ ALMEIDA JÚNIOR, Geraldo Pereira de. **O nível de conhecimento do profissional contábil acerca das principais alterações na legislação societária: um estudo junto aos profissionais de contabilidade da cidade de Pombal – Paraíba**. 2013. Monografia. (Graduação Em Ciências Contábeis) - Universidade Federal De Campina Grande. Sousa, 2013.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Contabilidade frente às alterações na Legislação Societária

A economia mundial está passando por constantes modificações, cresce a cada momento, e um cenário bastante comum é a presença de empresas estrangeiras querendo se estabelecer em outros países com o intuito de ampliar seus empreendimentos. Isso ocorre graças ao desenvolvimento tecnológico globalizado que desempenhou um papel representativo na internacionalização da contabilidade, que desde a Era industrial até a Era da informação e inovação dos relatórios contábeis, ficando fortemente influenciada pela globalização das informações. Durante períodos, foram observadas divergências entre relatórios, linguagens e tratamento contábeis, e somente na década de 70 foram criadas duas organizações com o papel de suprir estas divergências, que são o FASB (Financial Accounting Standards Board) nos EUA e o IASC (International Accounting Standards Committee) atualmente IASB (International Accounting Standards Board) na Europa (SOUZA, 2013).

Estas organizações emitem normas internacionais, com a finalidade de padronizar as informações contábeis e com isso facilitar a comparação das demonstrações contábeis das empresas em países diferentes, permitindo desta forma uma melhor compreensão destes demonstrativos.

No Brasil, a Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976 é a lei máxima que rege a contabilidade das Sociedades Anônimas, tanto de capital aberto quanto de capital fechado. Esta lei era muito avançada, no entanto, com o passar dos anos e por meio de práticas e experiências, ela teve complementações e alterações para se ajustar às alterações da economia (IUDÍCIUS, 2009).

Assim através das alterações na legislação societária, as empresas brasileiras vem participando deste processo de convergência com a aprovação das Lei 11.638/07 e 11.941/09 que alteraram em parte a Lei 6.404/76(Lei das Sociedades Anônimas) e com o CPC 00/11.

2.1.1 A Lei 11.638 de 15 de dezembro de 2007

A criação da Lei 11.638/2007, fez com que o Brasil passasse a adotar as Normas Internacionais de Contabilidade, mais comumente conhecidas por IFRS. Essa nova lei introduziu importantes conceitos do direito societário, tendo sido adaptados conceitos legais bastante utilizados em economias mais desenvolvidas, alinhando, também, a

normatização brasileira às legislações dos Estados Unidos e de países da Europa. Foram trazidas inovações tanto para as demonstrações contábeis quanto para as práticas contábeis, visto que essas normas são baseadas muito mais em princípios do que em regras. Conseqüentemente, esta nova abordagem traz impactos substanciais para a profissão contábil, visto que o contador passa a exercer muito mais sua capacidade de julgamento do que no passado recente, com reflexões positivas sobre o status da profissão no Brasil (ANTUNES, 2012).

Assim a Lei 11.638/2007 altera e revoga alguns dispositivos da Lei nº 6.404/1976 significativamente principalmente relativas à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, mudanças estas também estendidas as sociedades de grande porte, nos seguintes aspectos:

- As empresas deverão através de Notas Explicativas nas demonstrações financeiras, informarem os eventos mencionados na nova Lei, que terão reflexos no exercício de 2008, e demais efeitos relevantes sobre o patrimônio dos exercícios de 2007 e 2008;
- De acordo com o art. 176, IV, a Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, entra substituindo a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR. Mas o § 6º do referido artigo desobriga a elaboração e publicação desta demonstração para as companhias fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).
- Acrescenta a Demonstração de Valor Adicionado – DVA, no conjunto das demonstrações financeiras, para as companhias abertas no que concerne a sua elaboração e divulgação que passa a ser obrigatória (art. 176, V);
- Conforme art. 178, § 1º, c, o ativo permanente, passou a ter mais um grupo de conta: o Intangível e no e § 2º, d do referido artigo o Patrimônio Líquido, ganhou o grupo de conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial e a conta de lucros foi extinta, passando agora a manter apenas a conta de Prejuízos Acumulados;

Assim estas alterações aplicam-se para todas as sociedade constituídas sob forma de ações ou que possuam no exercício social anterior, ativo total superior a R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), portanto estão obrigadas a manter escrituração e elaborar as demonstrações financeiras de acordo com a legislação societária em vigor com suas respectivas alterações (LEI Nº 11.638/2007).

2.1.2 A Lei Nº 11.941 de 27 de maio de 2009

Com a aprovação da Lei nº 11.941/2009, que também alterou a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 com relação a padronização da elaboração e divulgação das demonstrações financeiras brasileiras, e também intensificou as mudanças que vieram com a aprovação da Lei 11.638/07, as principais alterações foram as seguintes:

- No Balanço Patrimonial o ativo passou a ser dividido em dois grandes grupos seguindo os padrões internacionais: Ativo Circulante e Ativo Não Circulante, que está subdividido em ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível, excluindo o antigo grupo do diferido
- A mudança também ocorreu com o grupo do Passivo que agora também passou a ser classificado como: Passivo Circulante e Passivo Não Circulante, composto agora por passivo exigível a longo prazo e resultados de exercícios futuros, e Patrimônio Líquido.

Vale salientar que a Lei Nº11.941/09, não alterou a classificação do patrimônio líquido permanecendo a mesma que havia sido estabelecida pela Lei Nº 11.638/07, com a seguinte classificação: Capital social, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Ações em Tesouraria e Prejuízos Acumulados (Lei 11941/09 – Art. 178 § 2º III).

A Lei Nº 11.941/2009 veio também para autorizar o parcelamento de dívidas tributárias, bem como a remissão dos créditos tributários de pequeno valor. Esses dispositivos estão elencados em dois capítulos distintos. O primeiro capítulo da lei cuida dos parcelamentos, sendo dividido em: Seção I – do parcelamento ou pagamento das dívidas, seção II – do pagamento ou do parcelamento de dívidas decorrentes de aproveitamento indevido de créditos de IPI, dos parcelamentos ordinários e dos programas Refis, Paes e Paex, Seção III – Disposições Comuns aos parcelamentos. O segundo capítulo versa apenas sobre a remissão (PESSOA, 2009).

Estas mudanças advindas com a aprovação desta lei podem ser consideradas benéficas, em relação a padronização e uniformizações das demonstrações financeiras a nível mundial, fazendo com que os futuros profissionais se adequem a tais mudanças, para quando estiverem no mercado de trabalho, estejam preparados e adaptados a estas mudanças.

2.1.3 O CPC 00 – Estrutura Conceitual Básica

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC foi criado pela Resolução CFC nº 1.055/05 é uma instituição autônoma, criada a partir da união de esforços de diversas instituições, em função da necessidade de convergências internacionais, que produz documentos que orientam os profissionais da contabilidade na conversão as normas internacionais, são eles: Pronunciamentos Técnicos; Orientações; e Interpretações (CFC, 2014).

O CPC tem como objetivo:

o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais (Resolução CFC nº 1.055/05).

Assim cada um dos pronunciamentos, orientações ou interpretações emitidas pelo CPC possuem a sua especificidade. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) atualizou o Pronunciamento Técnico do CPC 00 que trata da Estrutura Conceitual Básica para a elaboração e Divulgação do Relatório Contábil-Financeiro.

As modificações feitas na estrutura conceitual apresentada na nova versão do CPC 00/2011, se justificam pelo:

- (a) posicionamento mais claro de que as informações contidas nos relatórios contábil-financeiros se destinam primariamente aos seguintes usuários externos: investidores, financiadores e outros credores, sem hierarquia de prioridade;
- (b) não foram aceitas as sugestões enviadas durante a audiência pública, feita por aqueles órgãos, no sentido de que caberia, na Estrutura Conceitual, com o objetivo da denominada 'manutenção da estabilidade econômica', a possibilidade de postergação de informações sobre certas alterações nos ativos ou nos passivos. Pelo contrário, ficou firmada a posição de que prover prontamente informação fidedigna e relevante pode melhorar a confiança do usuário e assim contribuir para a promoção da estabilidade econômica (CPC 00, 2011, p. 16).

Assim as principais mudanças ocorridas na estrutura conceitual básica, estão relacionadas a divisão das características da informação contábil- financeira, mas especificamente as características qualitativas que agora estão representadas pelos grupos de:

- (a) características qualitativas fundamentais (fundamental qualitative characteristics – relevância e representação fidedigna), as mais críticas; e

(b) características qualitativas de melhoria (enhancing qualitative characteristics – comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade), menos críticas, mas ainda assim altamente desejáveis. (CPC 00, 2011, p. 16)

Neste contexto, a característica qualitativa da informação busca tornar mais acessível esta informação para o usuário de forma que ele possa compreendê-la e fazer o seu uso sem maiores complicações.

Assim, as características qualitativas fundamentais são relevância que diz respeito a influência de uma informação contábil na tomada de decisões, ou seja, a informação contábil relevante é aquela capaz de fazer diferenças nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários. A relevância tem caráter preditivo (utilizar informações para previsões) ou confirmatório (que confirma), e tem a ver com a diferença que faz numa decisão de uma informação. Já a característica que trata da representação fidedigna diz respeito a ela ser completa, livre de erro e neutra. (CPC, 2011)

Enquanto que as características qualitativas de melhoria são: a comparabilidade se trata de comparar os balanços às demonstrações contábeis em períodos anteriores da própria entidade ou com outras. Conseqüente vem a consistência que é uma ferramenta da comparabilidade, se trata do uso dos mesmos métodos para os mesmos itens. A uniformidade dá como um risco para a comparabilidade e também afetaria a neutralidade.

A outra característica qualitativa de melhoria é a verificabilidade pode ser direta (verificação de um montante de forma direta) e indireta (procedimento para chegar num número). Depois se tem a tempestividade que está relacionada ao tempo que a informação chega ao usuário, de forma a influenciá-lo em sua decisão. E por fim tem-se a compreensibilidade que trata da maneira como a informação deve ser evidenciada, de tal forma que ela seja feita com clareza e concisão, tornando-a compreensível (CPC, 2011).

Assim, “as demonstrações contábeis são elaboradas e apresentadas para usuários externos em geral, tendo em vista suas finalidades distintas e necessidades diversas. Governos, órgãos reguladores ou autoridades tributárias”. (CPC 00, 2011, p. 17).

Desta forma, as demonstrações contábeis são elaboradas para os usuários externos, tendo em vista as finalidades distintas e suas necessidades diversas, governos, órgãos examinadores ou autoridades tributárias, por exemplo, podem determinar especificamente exigências para atender aos seus próprios interesses, no entanto não devem alterar as demonstrações contábeis elaboradas segundo a estrutura conceitual.

2.2 A Contabilidade e as Normas Internacionais de Contabilidade

2.2.1 Aspectos conceituais e históricos

As normas internacionais de contabilidade representam não apenas uma nova modelagem pontual e simplesmente regulatória de enxergar as demonstrações contábeis representa um desafio de mudança de visão, percepção e cultura, as novas normas internacionais.

O *International Financial Reporting Standards*, ou *IFRS*, são normas internacionais de relato financeiro, emitidas pelo *IASB*. O principal objetivo dessas normas é desenvolver um modelo único de normas contábeis internacionais de alta qualidade, que requeiram transparência e comparabilidade na elaboração de Demonstrações Contábeis, e que atendam ao público interessado nessas Demonstrações sejam eles investidores, administradores, analistas, pesquisadores ou quaisquer outros usuários e leitores de tais demonstrações. O processo de convergência da normatização contábil brasileira para as *IFRS* está regulamentado por meio da Resolução n. 1.103/07 do CFC, que cria o Comitê Gestor da Convergência no Brasil (SEGeT, 2008).

Foi em julho de 2010, o IASCF passou a ser denominado Fundação IFRS (*IFRS Foundation*). A qual é uma organização privada independente e sem fins lucrativos, que trabalha para o interesse público. A Fundação IFRS é composta pelo IASB (órgão independente com a finalidade de emitir padrões contábeis em nível global) IFRIC e pelo Grupo de Implantação das Pequenas e Médias Empresas. A Fundação é governada pelo *Trustees* que respondem ao Conselho de Monitoramento (*Monitoring Board*) das entidades públicas. Periodicamente, o IASB tem reuniões com Conselhos Consultivos do IFRS (*IFRS Advisory Council*), com o *Capital Markets Advisory Committee* (CMAC) e o *Global Preparers Forum* (GPF), entre outros órgãos independentes criados especificamente para cooperar no sentido de atuarem como um canal entre o IASB e o público (IFRS, BRASIL, 2012).

Antes das IFRS, cada país por ter sua própria regulamentação contábil, articulada com os múltiplos aspectos de ordem política, jurídica, social, econômica e cultural. Esta diversidade do arcabouço contábil entre países pode se constituir em um obstáculo à expansão internacional das empresas e ao investimento estrangeiro. A linguagem contábil não é homogênea em termos internacionais, devido aos países possuírem suas práticas contábeis próprias. Cada país pode possuir critérios próprios e diferentes para reconhecer e mensurar cada transação. Por exemplo, no Brasil o lucro de uma empresa pode não ser o mesmo que o lucro divulgado nas normas dos EUA ou da Alemanha.

Logo, estas normas internacionais de contabilidade possuem um modelo contábil que padroniza procedimentos e relatórios contábeis. Sua principal finalidade é tornar a contabilidade no mundo em uma linguagem única e compreensível a todos os usuários.

Iniciou-se internacionalmente em 2001 na comunidade Européia, porém, recomendou-se o seu uso a partir do ano de 2005. Somente em 2007 foi que o Brasil iniciou a convergência brasileira aos padrões internacionais através da Lei 11.638/07, aderindo o IFRS para as Sociedades de Grande Porte. As Pequenas e Médias Empresas (PMEs) não ficaram de fora e através da Resolução do CFC nº 1.255/09 foi aprovada a NBC T 19.41 – Contabilidade para pequenas e médias empresas. Dentre os principais procedimentos e mudanças na realidade das empresas, destacam-se:

- Ajuste a Valor Presente;
- *Test Impairment*;
- Ajustes de Avaliação Patrimonial;
- Taxas de Depreciação, que passaram a levar em conta o tempo em que determinado bem vai gerar de “vida econômica para a empresa”;
- DFC – Demonstrativo de Fluxo de Caixa (Direto/Indireto);
- DLPA – Demonstrativo de Lucros e/ou Prejuízos Acumulados;
- Comparabilidade das Informações;
- Notas Explicativas;
- RTT & FCONT (SEGeT, 2008).

2.2.2 As Vantagens e desvantagens da adoção as NICs

O crescimento da globalização, e, principalmente, a maior integração entre os diferentes mercados mundiais trouxeram necessidade da adoção de padrões contábeis unificados. Seguidas por diversos mercados importantes, as normas internacionais de contabilidade começam a alterar a forma como as empresas brasileiras emitem as demonstrações financeiras.

O processo de convergência às normas internacionais de contabilidade é um dos grandes desafios para a Ciência Contábil e para os estudiosos em contabilidade. Dessa forma a Ciência Contábil torna-se cada vez mais reconhecida como linguagem universal de negócios e única capaz de interpretar, de forma homogênea, os fenômenos econômicos envolvidos nessas relações.

Quando se fala em harmonização, é importante dizer que existem vantagens, desvantagens e obstáculos. De acordo com Lisboa (1998):

Vantagens: comparabilidade na avaliação do desempenho de empresas em nível mundial; maior facilidade para o ensino da contabilidade, maior facilidade para transferência de pessoal entre as subsidiárias de uma multinacional; maior facilidade para o acesso das empresas a recursos financeiros internacionais; permite harmonização de pré-requisitos para que as empresas possam ter seus papéis negociados em diferentes bolsas de valores.

Desvantagens: não reconhece que diferentes países precisam de normas diferentes, de acordo às suas especificidades culturais, legais e econômicas; a harmonização implica na redução de opções de práticas contábeis bem fundamentadas.

Obstáculos: o alto grau das diferenças entre as normas e práticas contábeis dos diversos países; a falta, em alguns países, de entidades de profissionais com poder de influência e nacionalismo.

Uma das mais importantes vantagens da harmonização é, sem dúvida, o fluxo de recursos econômicos e de profissionais entre empresas e mercados internacionais. Observa-se, portanto, a necessidade de participação efetiva dos profissionais da área e do meio acadêmico nesse processo, criando condições para que a harmonização das normas contábeis deixe de ser um simples objetivo a ser buscado e se torne realidade. (MADEIRA; SILVA; ALMEIDA, 2004).

Assim a contabilidade internacional é um relevante instrumento para o processo de unificação das nações, gerando transparência e facilidade nos fluxos comerciais, financeiros como também de investimentos entre as mais diversas economias mundiais. Esta harmonização das demonstrações contábeis tem o objetivo de unificar a contabilidade, usando uma linguagem única ou registro de uma mesma operação, onde se estabelece padrão entre os países para facilitar essa identificação (COSTA, 2013).

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção apresenta a análise dos resultados obtidos, a partir de um questionário, composto por 22 (vinte e duas) questões, aplicado aos alunos prováveis concluintes do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis do período de 2013.2 da Universidade Federal de Campina Grande do Campus de Sousa – PB.

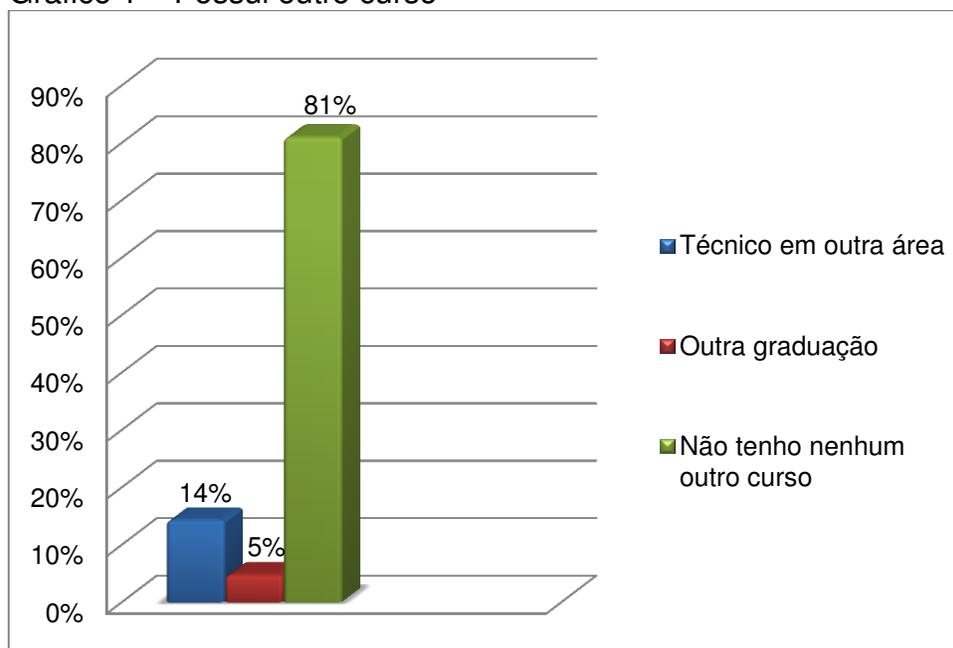
3.1 Perfil dos entrevistados

O questionário inicialmente apresenta o perfil dos respondentes, onde identificou-se que 43% eram do gênero feminino e 57% masculino e que a maioria que representa 81% estão em uma faixa etária compreendida de 20 a 30, e os demais 19% dos respondentes estão com a idade acima de 31 anos.

Quando foram questionados se trabalhavam, 86% dos respondentes disseram que trabalham, destes 38% na área contábil e 48% em outras áreas, e 14% deles não trabalham, apenas estudam.

Em relação ao questionamento se eles possuem outro curso, as respostas podem ser visualizadas no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Possui outro curso



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

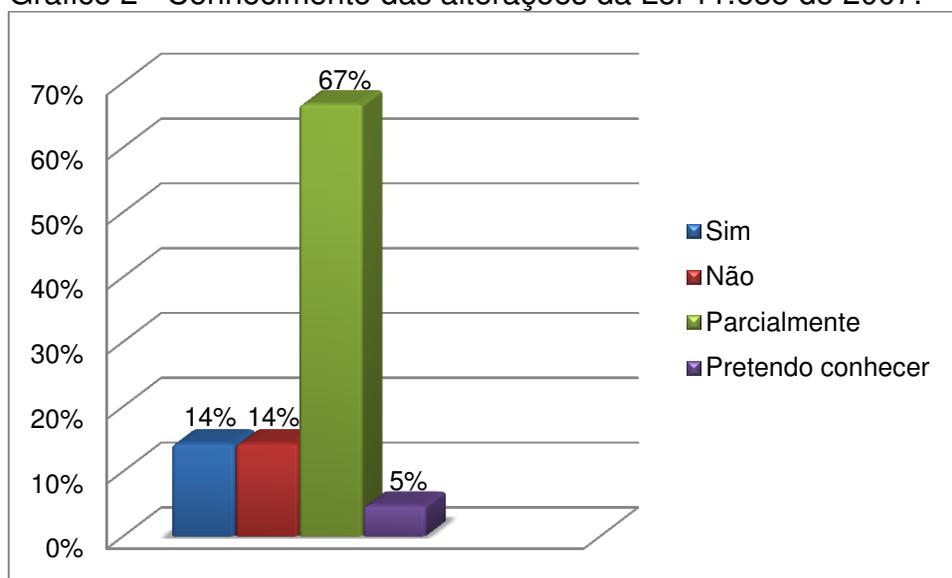
No Gráfico 1 observa-se que a maioria dos respondentes, 81% estão fazendo o seu primeiro curso superior, os demais possuem cursos técnicos em outras áreas, 14% e outras graduações 5%.

3.2 O nível de conhecimento dos futuros profissionais de contabilidade com relação às alterações na Legislação Societária.

Neste item buscou-se junto aos alunos concluintes do curso de Ciências Contábeis da UFCG, verificar o conhecimento deles com relação as alterações na legislação societária, mais especificamente com relação as Leis 11.638/07, 11. 941/09 e o CPC 00/11.

Quando foram questionados com relação ao conhecimento que eles tinham com relação as alterações da Lei 11.638 de 2007, verificou-se que 81% dos respondentes afirmaram conhecer as alterações, 67% destes apenas parcialmente, 14% responderam não conhecer e 5% demonstrou que pretende conhecer, dados que demonstram 19% destes, mesmo no último período do curso ainda não tem conhecimento algum sobre estas mudanças que já está em vigor desde 2008. Conforme se pode observar no Gráfico 2.

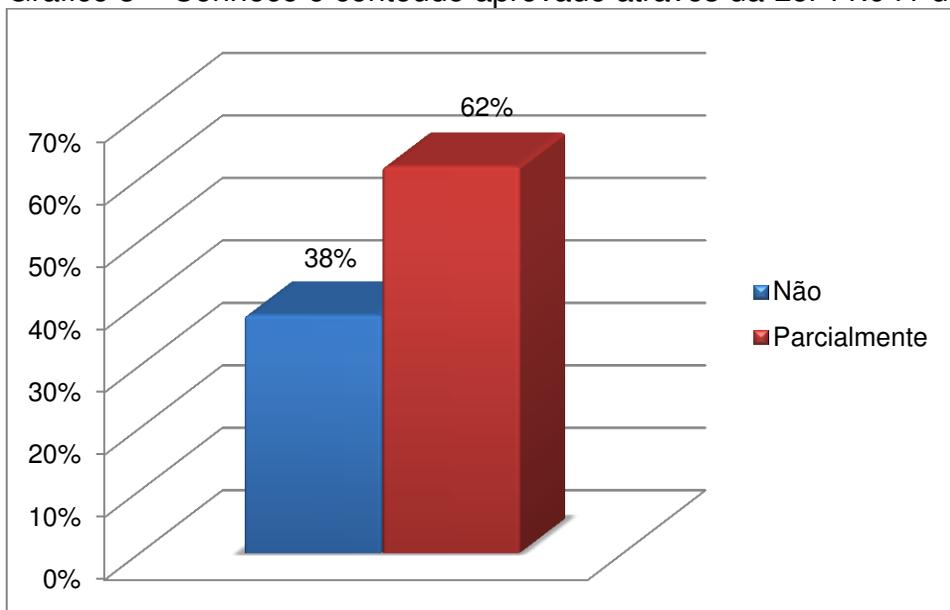
Gráfico 2 - Conhecimento das alterações da Lei 11.638 de 2007.



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

No que se refere ao conhecimento do conteúdo que foi aprovado através da Lei 11. 941/2009, ao serem questionados, observa-se no Gráfico 3, que 62% dos alunos responderam que conhecem apenas parcialmente o conteúdo da referida lei e 38% deles afirmaram que não conhecem o conteúdo desta lei. Outro fator preocupante, pois estes alunos estão saindo para o mercado de trabalho sem terem o conhecimento da legislação em vigor.

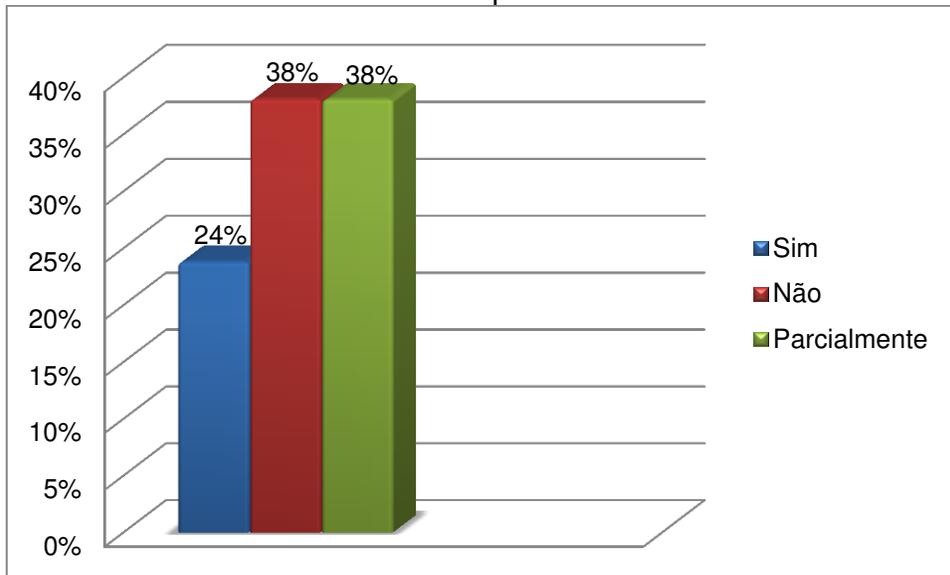
Gráfico 3 – Conhece o conteúdo aprovado através da Lei 11.941 de 2009



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

O Gráfico 4 mostra os resultados da indagação feitas com relação ao conhecimento deles em relação ao conteúdo do CPC 00 de 2011, onde verifica-se que 62% responderam conhecer o conteúdo só que destes, 38% conhecem apenas parcialmente o conteúdo da referida lei, os demais 38% dos respondentes afirmaram não conhecer nada da referida lei.

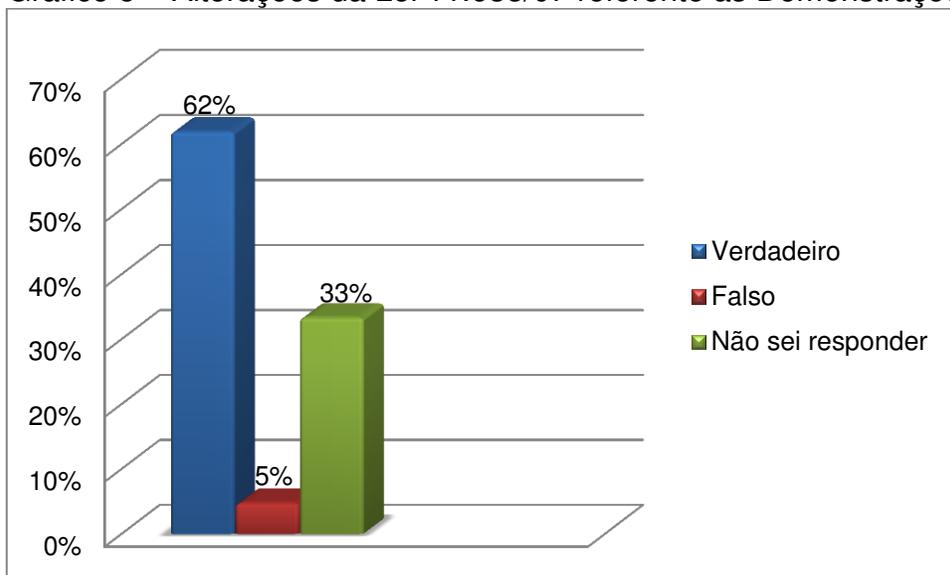
Gráfico 4 – Conhece o conteúdo aprovado através do CPC 00 de 2011



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

No que trata das alterações advindas com a Lei 11. 638/07, o Gráfico 5 apresenta que 62% dos alunos souberam responder sobre as alterações nas Demonstrações Contábeis, mas especificamente sobre a eliminação da obrigatoriedade da apresentação da DOAR – Demonstração da Origem e Aplicação de Recursos; e inseriu a apresentação da Demonstração de Fluxo de Caixa, exceto para as Companhias fechadas com PL menor que R\$ 2 milhões e se for S/A aberta também obrigou a publicação da Demonstração do Valor Adicionado, apenas 5% dos respondentes erraram a afirmativa e 33% não souberam responder.

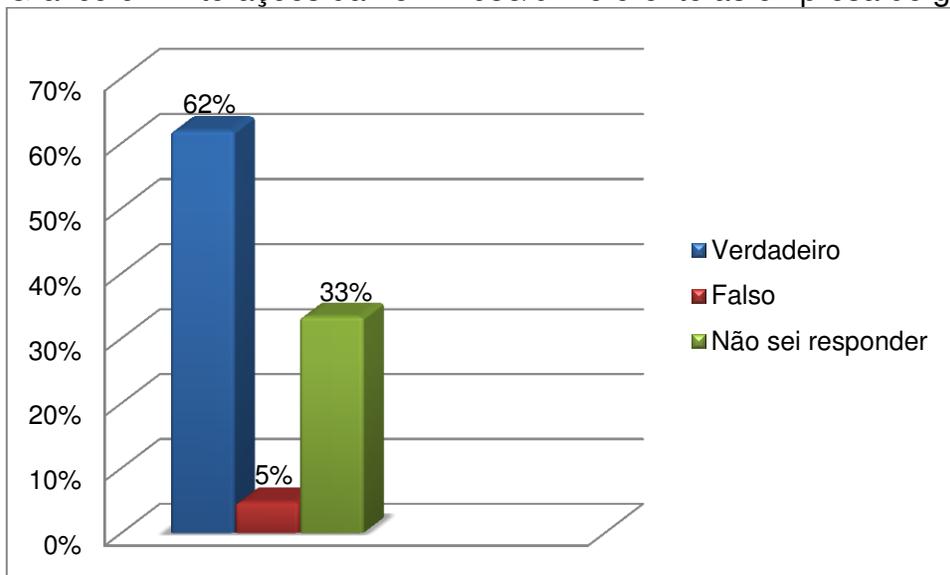
Gráfico 5 – Alterações da Lei 11.638/07 referente as Demonstrações Contábeis



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Já em relação ao conhecimento as alterações na Lei 11.638/07 em relação as empresas de grande porte, os entrevistados foram questionados se elas são consideradas como empresas de grande porte as sociedades ou conjunto de sociedades sobre controle comum que tiverem, no exercício anterior, ativo total superior a R\$ 240 milhões ou receita bruta anual superior a R\$ 300 milhões, de acordo com a referida lei, verificou-se no Gráfico 6 que a maioria 62% acertaram, 5% erram e 33% não souberam responder.

Gráfico 6 – Alterações da Lei 11.638/07 referente as empresa de grande porte

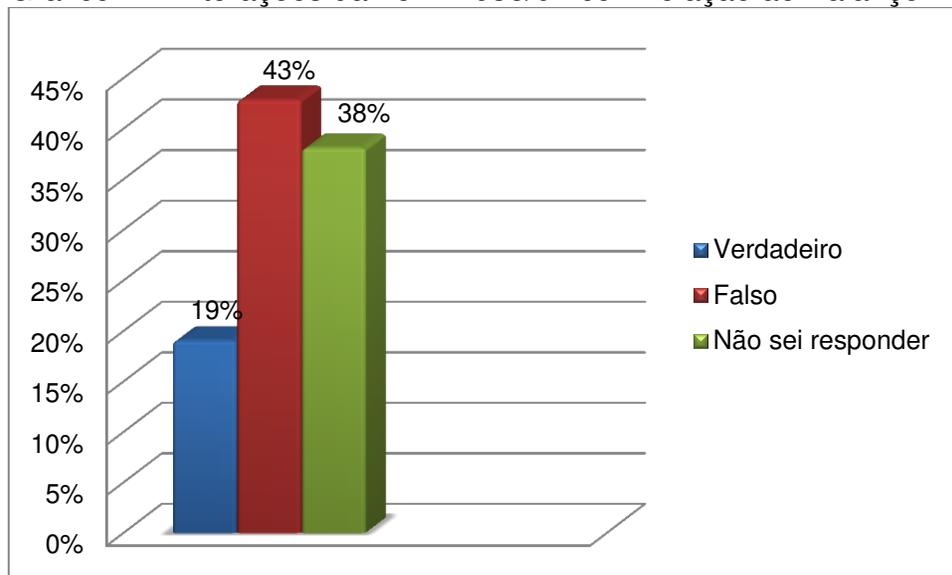


Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Ao serem indagados sobre as alterações no Balanço Patrimonial, advinda com a aprovação da Lei 11.638/07, no que se refere a nova divisão do ativo permanente que passou a ser investimentos, imobilizado, intangível e diferido, 81% dos alunos não souberam responder(38%) ou erraram a resposta(43%), número alto, pois está alteração desde 2008 já está sendo aplicada na prática e repassado através de

conteúdos em sala de aula, e mesmo assim a maioria dos alunos ainda não conhecem esta alteração, e 19% acertaram a resposta.

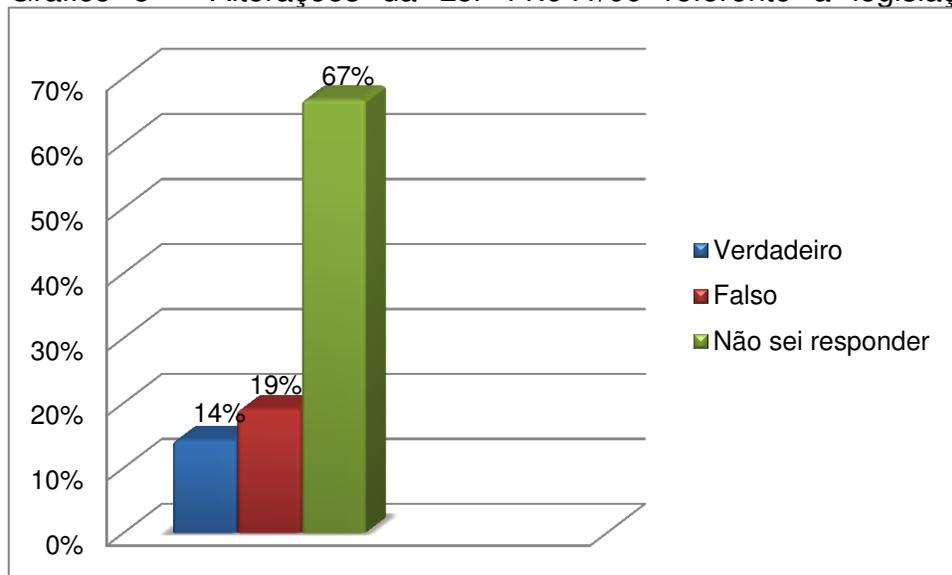
Gráfico 7 – Alterações da Lei 11.638/07 com relação ao Balanço Patrimonial.



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

No Gráfico 8 verifica-se as respostas dos alunos no que se refere as alterações da lei 11.941/09 no que trata da alteração na legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários. Verifica-se que 67% não souberam responder ao questionamento e 19% erraram a resposta, o que perfaz um total de 86% do alunos que não sabem sobre está alteração e apenas 14% responderam corretamente a questão.

Gráfico 8 – Alterações da Lei 11.941/09 referente a legislação tributária federal

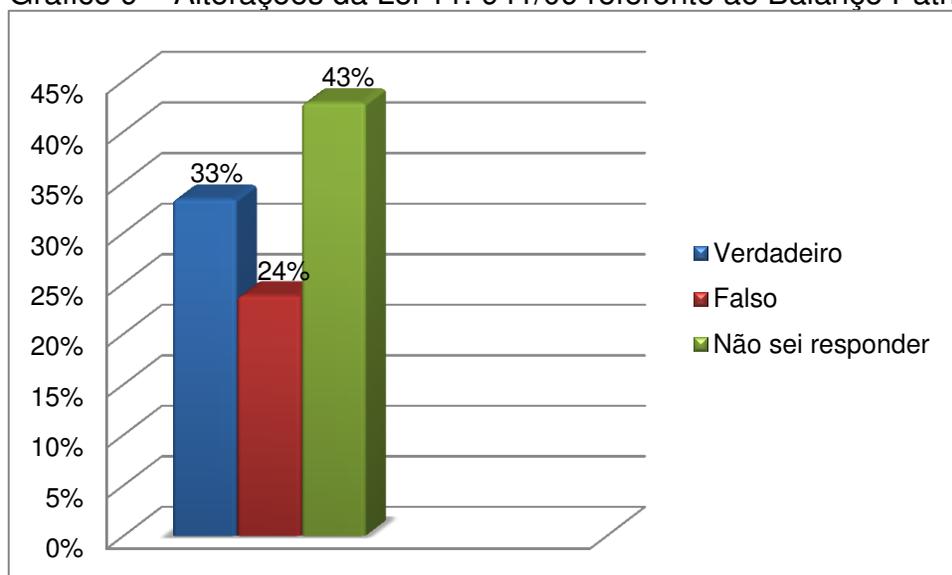


Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Já em relação às alterações na lei 11.941/09, no que se refere a eliminação do grupo do ativo não circulante, o subgrupo do diferido, o Gráfico 9 demonstra que 67% dos respondentes não conhecem essa mudança, pois destes 24% erraram a afirmativa e

43% não souberam responder, e os demais 33% acertaram, demonstrando que conhecem esta alteração.

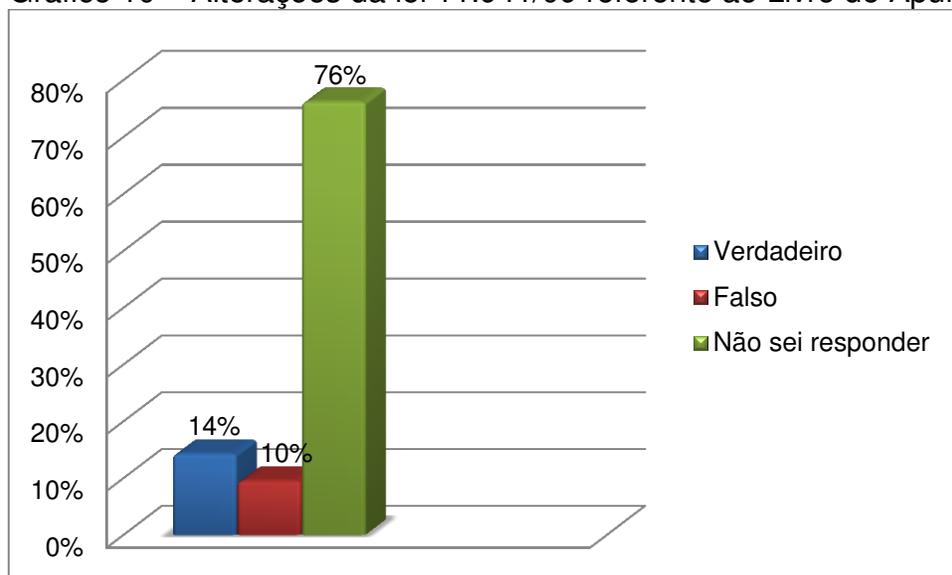
Gráfico 9 – Alterações da Lei 11. 941/09 referente ao Balanço Patrimonial



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Os respondentes quando foram questionados sobre as alterações da Lei 11.941/09, que exclui do Livro de Apuração do Lucro Real o valor decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, reconhecido no exercício, para fins de apuração do lucro real, observa-se que 86% dos respondentes não conhecem esta alteração, pois 10% erraram a afirmativa e 76% não souberam responder, os demais 14% acertaram a resposta demonstrando que tem conhecimento desta mudança advinda com a referida lei.

Gráfico 10 – Alterações da lei 11.941/09 referente ao Livro de Apuração do Lucro Real

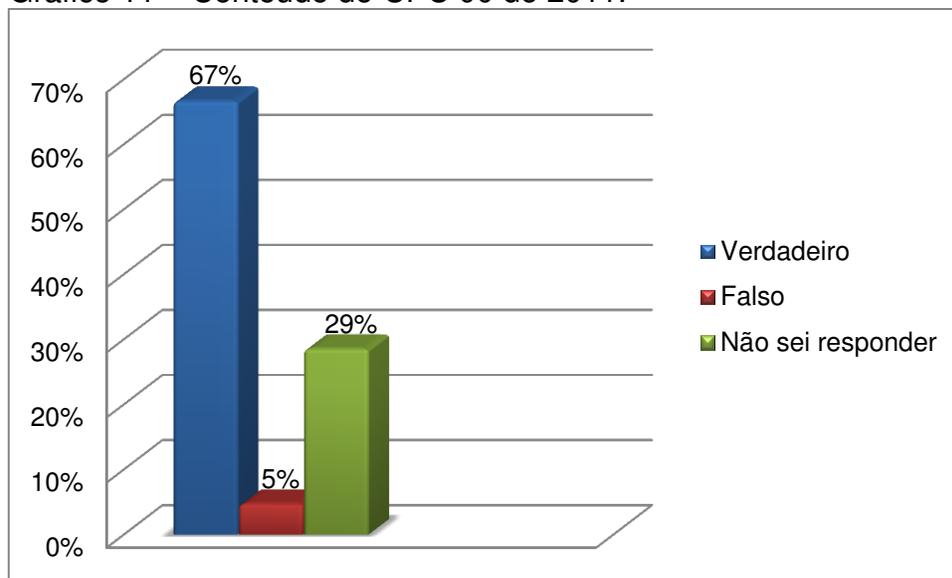


Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

No Gráfico 11 apresenta-se os resultados do questionamento aos alunos com relação as alterações do CPC 00 que trata da estrutura conceitual e estabelece os conceitos que fundamentam a elaboração e a apresentação de demonstrações contábeis

destinadas a usuários externos, onde observa-se que a maioria dos respondentes, 67% souberam responder, acertando a resposta e os demais não souberam responder 29% e 5% erraram.

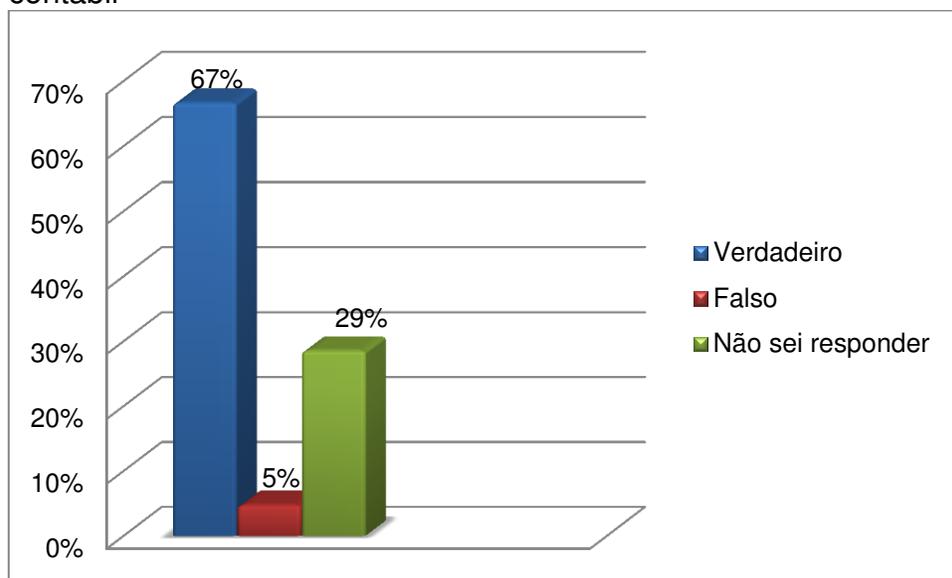
Gráfico 11 – Conteúdo do CPC 00 de 2011.



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

No Gráfico 12 verifica-se os resultados do questionamento acerca das alterações no CPC 00 de 2011, no que se refere as características qualitativas de melhoria da informação contábil – financeira são: *Comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade*, onde observa-se que a maioria dos respondentes que equivale a 67% acertaram a afirmativa, demonstrando ter conhecimento desta alteração, 5% erraram e os demais 29% não souberam responder, confirmando que não tem nenhum conhecimento sobre esta mudança.

Gráfico 12 - Alterações do CPC 00 referente as características qualitativa da informação contábil

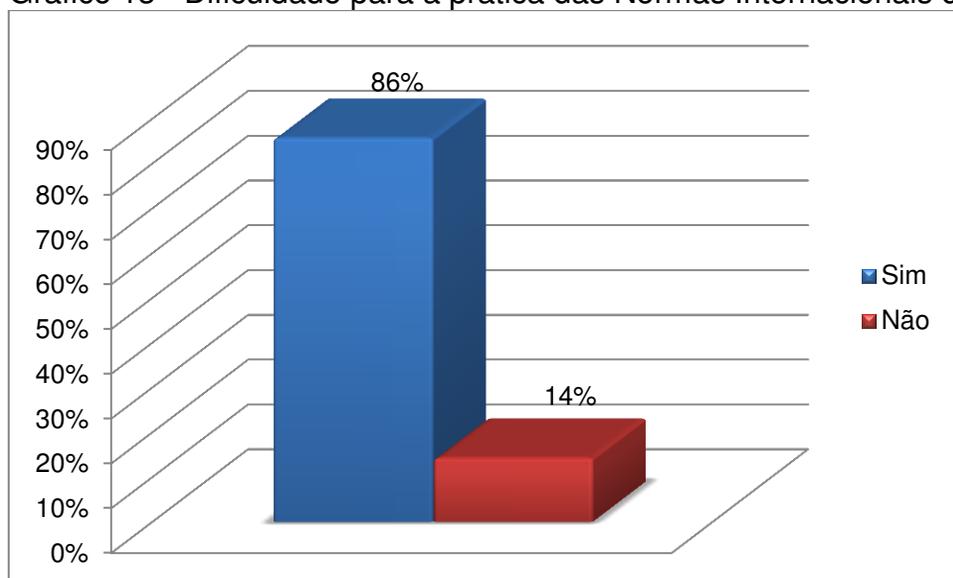


Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Quando questionados se encontram dificuldades na práticas da Normas Internacionais de Contabilidade, 86% dos alunos afirmaram que tem esta dificuldade, mesmo já

estando no último período do curso ainda sentem dificuldade em aplicar as NIC, os demais 14% responderam não ter esta dificuldade nas atividades práticas.

Gráfico 13 - Dificuldade para a prática das Normas Internacionais de Contabilidade



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Ao serem questionados sobre Capacitações acerca da adoção as Normas Internacionais de Contabilidade, houve unanimidade por parte dos respondentes em afirmarem que não buscam nenhum tipo de capacitação fora da universidade, demonstrando que os conhecimentos que possuem acerca das alterações na legislação societária, são os que obtêm na própria universidade.

3.3 Comparações dos resultados da pesquisa com uma pesquisa anterior.

O mercado de trabalho está mudando, sendo necessário que o futuro profissional contábil conheça essas novas mudanças da legislação societária, pois não basta apenas atender as necessidades práticas, é preciso que o contador do século XXI preste informações precisas, dando perfeitas condições aos empresários de como comandar com segurança as suas atividades econômicas, necessitando atender às expectativas voltadas também as habilidades empreendedoras.

Então, estudando os resultados da pesquisa de Almeida Júnior (2013) acerca do conhecimento do profissional contábil de uma cidade localizada no sertão da Paraíba frente às alterações na legislação societária brasileira, foi feita uma comparação dos principais resultados desta pesquisa, com os resultados obtidos junto aos futuros profissionais de contabilidade, nesta pesquisa representado pelos alunos concluintes do curso de Ciências Contábeis de uma IES pública do sertão da Paraíba.

Analisando os resultados das duas pesquisas pode observar que com relação ao conhecimento de ambos os pesquisados referente as alterações advindas com a

aprovação da Lei 11. 638/07, verifica-se que tanto os profissionais da contabilidade quanto os alunos concluintes de Ciências Contábeis, mais de 90% deles afirmaram conhecer as principais mudanças da referida lei, a diferença está em conhecerem totalmente ou parcialmente estas mudanças. Conforme observa-se na Tabela 1.

Tabela 1 - Conhecimento da lei 11.638/07

Respostas	Profissionais	%	Estudantes	%
SIM	10	50	3	14
NÃO	01	5	3	14
PARCIALMENTE	09	45	14	67
PRETENDE CONHECER	00	0	1	5
Total	20	100	21	100

Fonte: Dados das pesquisas, 2014.

Já em relação ao conhecimento das alterações na Lei 6.404/76, proveniente da aprovação da Lei 11. 941/09, na Tabela 2 pode-se verificar que quando indagados se eles sabem o que foi aprovado com esta lei, como resultado obtido se teve: 100% dos profissionais pesquisados afirmaram conhecer do que trata esta lei enquanto que os alunos 38% disseram que não conhecem o conteúdo da referida lei.

Tabela 2 -: Conhecimento da lei 11.941/09

Respostas	Profissionais	%	Estudantes	%
SIM	11	55	0	0
NÃO	00	-	8	38
PARCIALMENTE	09	45	13	62
Total	20	100	21	100

Fonte: Dados das pesquisas, 2014.

Na Tabela 3 verifica-se os resultados das pesquisas em relação ao conhecimento do conteúdo do CPC 00 que foi atualizado em 2011, e trata da estrutura conceitual básica das demonstrações financeiras, onde observa-se que o conhecimento dos profissionais contábeis, acerca do CPC 00, 55% dos respondentes afirmam conhecer a proposta do CPC, enquanto 30% dos respondentes dizem que conhecem parcialmente e apenas 15% desconhecem o teor do CPC 00/2011, já os alunos 24% conhecem o conteúdo, 38% não conhecem e 38% conhecem apenas parcialmente o do que trata o CPC 00/2011.

Tabela 3 - Conhecimento do CPC 00 de 2011

Respostas	Profissionais	%	Estudantes	%
SIM	11	55	5	24
NÃO	06	15	8	38
PARCIALMENTE	03	30	8	38
Total	20	100	21	100

Fonte: Dados das pesquisas, 2014.

O resultado deste trabalho não é diferente, nota-se a necessidade de incentivos aos contabilistas e futuros profissionais da área para atualização das suas informações através de reconhecimento profissional por parte dos empresários, congressos e seminários por parte das instituições e maior dedicação por parte dos futuros profissionais, uma vez que as mudanças na matéria da contabilidade e da postura do profissional da atualidade exigem novas atitudes e modernização constante de ideias e conceitos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

O presente trabalho teve como objetivo geral apresentar o nível de conhecimento dos futuros profissionais de contabilidade, acerca das alterações ocorridas na Legislação Societária, onde verificou-se que de forma geral os alunos concluintes do curso de Ciências Contábeis da UFCG, demonstraram que possuem pouco conhecimento com relação as alterações na Lei 6.404/76, advindas com a aprovação da Lei 11. 638/07, a Lei 11. 941/09 e o CPC 00 atualizado em 2011, estas alterações já estão em vigor e mesmo ainda estando na acadêmica, eles não encontram-se preparados para atuarem diante destas mudanças.

Com relação ao perfil dos alunos concluintes, eles são na maioria do sexo masculino, inseridos em uma faixa etária de 20 a 30 já trabalham e a maioria está cursando o seu primeiro curso superior.

Comparando o resultado desta pesquisa com uma pesquisa realizada em 2013, junto aos profissionais de contabilidade de uma cidade do sertão da Paraíba, observou-se que os profissionais que já estão no mercado atuando apresentaram ter mais conhecimento do que os alunos que ainda estão na universidade, fator que pode estar relacionado a necessidade do fazer, que faz com que estes profissionais procurem conhecer mais sobre estas alterações.

Como recomendações, sugere-se que esta pesquisa possa ser ampliada e aplicada em outras instituições e cidades, e que possa-se fazer comparações com os resultados obtidos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Geraldo Pereira de. **O nível de conhecimento do profissional contábil acerca das principais alterações na legislação societária: um estudo junto aos profissionais de contabilidade da cidade de Pombal – Paraíba.** 2013. Monografia. (Graduação Em Ciências Contábeis) - Universidade Federal De Campina Grande. Sousa, 2013.

ANTUNES, Maria Thereza Pompa; FORMIGONI, Henrique; GRECO, Marta Cristina Pelúcio; NETO, Octávio Ribeiro de Mendonça. Revista de Economia & Relações Internacionais, volume 10 – número 20 – janeiro 2012. **A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil.** Disponível em: <<http://www.faap.br/faculdades/economia/cienciaseconomicas/pdf/revistaeconomia20.pdf>>. Acesso em: 14 de Fev de 2014.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BEUREN, Ilse Maria; LONGARAY, André Andrade; RAUPP, Fabiano Maury; SOUSA, Marco Aurélio Batista de; COLAUTO, Romualdo Douglas; PORTON, Rosimere Alves de Bona. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática.** 3. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. 2014. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Conheca-CPC>>. Acesso em: 02 de JAN de 2014.

COSTA, Mônica de Oliveira; MARIANO, Farana de Oliveira; PEREIRA, Denise Rosa; SOUZA, Fabrício Afonso de. **O Conhecimento do Profissional Contábil em relação às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) na cidade de Manhuaçu/MG.** Florianópolis, 2013. Disponível em: <<http://www.enangrad.org.br/anais2013/resources/artigos/git/04.pdf>>. Acesso em: 14 de Fev de 2014.

CPC.ORG. CPC, CVM e CFC divulgam revisão da estrutura conceitual básica e outros documentos. 2011. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/mostraNoticia.php?id_noticia=133>. Acesso em: 14 de Fev de 2014.

CRC PARANÁ. **Demonstrações Contábeis: aspectos práticos elaboração e apresentação conceitual de acordo com o IFRS.** 2008. Disponível em: <http://www.manoel.pro.br/2011_demonstracoescontabeis.pdf>. Acesso em: 14 de Fev de 2014.

FERREIRA, Emerson; MOTA, Rogério; PRIMO, Daniel. 2012. Disponível em: <<http://www.deloitte.com/assets/DcomBrazil/Local%20Assets/Documents/Guias/ModeloDFs2012%20pdf.pdf>>. Acesso em: 13 de Fev de 2014.

GARRISON, Ray H.; NOREEN, Eric W.; BREWER, Peter C. **Contabilidade Gerencial.** 11. ed. Tradução e revisão técnica Antônio Zoratto Sanvicente. – Rio de Janeiro : LTC, 2007.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa.** 1ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da Contabilidade**. Trad. Antônio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

IFRS BRASIL. **Aspectos históricos do processo de emissão das IFRS**. IFRSBRASIL.COM. 2012. Disponível em: <<http://ifrsbrasil.com/outros-assuntos/diversos/aspectos-historicos-do-processo-de-emissao-das-ifrs>>. Acesso em: 14 de Fev de 2014.

IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da Contabilidade**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 9. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

LARA, Eliseu Pereira. **A Estrutura do Balanço Patrimonial: um comparativo antes e depois da adoção do padrão contábil internacional**. 2012. Disponível em: <<http://www.univale.com.br/portalnovo/images/root/anaisadm/1.pdf>>. Acesso em: 12 de Fev de 2014.

LUNELLI, Reinaldo Luís. **A Contabilidade e o avanço da tecnologia**. 2012. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/contabilidadeetecnologia.htm>>. Acesso em: 15 de Fev de 2014.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PADOVEZE, C. L. **Manual de Contabilidade Básica: Uma Introdução à Prática Contábil**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PESSOA, Leonardo Ribeiro. **Comentários sobre o novo REFIS instituído pela Lei nº 11.941/09**. 06/2009. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/13060/comentarios-sobre-o-novo-refis-instituido-pela-lei-n-11-941-09>>. Acesso em: 13 de Fev de 2014.

RECEITA FEDERAL. 2009. **Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/leis/2009/lei11941.htm>>. Acesso em: 13 de Fev de 2014.

RIBEIRO, Osni Moura. **Demonstrações Financeiras: mudanças na Lei das Sociedades por ações: como era e como ficou**. São Paulo, 2008.

RODRIGUES, Willian Costa. Professor - FAETEC/IST. Paracambi/RJ – 2007. **Metodologia Científica**. Disponível em: <http://pesquisaeducacaoufrgs.pbworks.com/w/file/64878127/Willian%20Costa%20Rodrigues_metodologia_cientifica.pdf>. Acesso em: 15 de Fev de 2014.

SINELLI, Evanilda Rocha. **Usando a Contabilidade como Instrumento de Gestão Empresarial**. 2000. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/0B0D8F54A46DE6F90325711F004F528C/\\$File/Monografia%20-%20Sebrae%20-%20Biblioteca%20-%2024-02-06.doc](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/0B0D8F54A46DE6F90325711F004F528C/$File/Monografia%20-%20Sebrae%20-%20Biblioteca%20-%2024-02-06.doc)>. Acesso em: 15 de Fev de 2014.

ZANLUCA, Júlio César. **O Perfil do Contabilista No Século XXI**. 2012. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/noticias/perfil_contador.htm>. Acesso em: 19 de Fev de 2014.

APÊNDICE

APÊNDICE 01 – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA



Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
 Centro de Ciências Jurídicas e Sociais - CCJS
 Unidade Acadêmica de Ciências Contábeis - UACC
 Bacharelado em Ciências Contábeis



PESQUISA PARA OBTENÇÃO DE DADOS PARA MONOGRAFIA

TEMA: O nível de conhecimento do futuro profissional contábil acerca das principais alterações adoção na legislação societária: um estudo junto aos discentes de contabilidade de uma IES pública.

Pesquisadora: Fábila Odlareg Moura Barbosa

Orientadora: Cristiane Queiroz Reis

QUESTIONÁRIO

1- Sexo do Entrevistado?

() Masculino () Feminino

2- Faixa Etária?

() menos de 20 anos
 () de 20 a 30 anos;
 () de 31 a 35 anos;
 () de 36 a 40 anos;
 () de 41 a 45 anos;
 () acima de 50 anos.

3- Trabalha?

() Não
 () Sim, na área.
 () Sim, em outras áreas.

4-Tem algum outro curso?

() Técnico em outra área;
 () Outra graduação;
 () Especialização;
 () Mestrado;
 () Doutorado;
 () Não tenho nenhum outro curso.

5-Você conhece as alterações que foi aprovada através da Lei 11.638 de 28 de dezembro 2007?

() sim;
 () não;
 () parcialmente;
 () nunca ouvi falar.
 () Pretendo conhecer;

6-Você sabe o que foi aprovado através da Lei 11.941 de 27 de maio de 2009?

() sim;
 () não;
 () parcialmente;
 () nunca ouvi falar.
 () Pretendo conhecer;

7-Você sabe o que foi aprovado através do CPC 00 de 2011?

() sim;
 () não;
 () parcialmente;
 () nunca ouvi falar.
 () Pretendo conhecer;

8 – A lei 11.638/07 eliminou a obrigatoriedade da apresentação da DOAR - Demonstração da Origem e Aplicação de Recursos; e inseriu a apresentação da Demonstração de Fluxo

de Caixa, exceto para as Companhias fechadas com PL menor que R\$ 2 milhões e se for S/A aberta também obrigou a publicação da Demonstração do Valor Adicionado.

() Verdadeiro () Falso () Não sei responder

9- Segundo a lei 11.638/07 são consideradas como empresas de grande porte as sociedades ou conjunto de sociedades sobre controle comum que tiverem, no exercício anterior, ativo total superior a R\$ 240 milhões ou receita bruta anual superior a R\$ 300 milhões.

() verdadeiro () falso () Não sei responder

10- A lei 11.638/07 dividiu o ativo permanente em investimentos, imobilizado, intangível e diferido.

() Verdadeiro () Falso () Não sei responder

11- A lei 11.941/09 trata da alteração na legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários?

() Verdadeiro () Falso () Não sei responder

12- A lei 11.941/09 eliminou do grupo do ativo não circulante, o subgrupo do diferido.

() Verdadeiro () Falso () Não sei responder

13- A lei 11.941/09 exclui do Livro de Apuração do Lucro Real o valor decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, reconhecido no exercício, para fins de apuração do lucro real.

() Verdadeiro () Falso () Não sei responder

14- O CPC 00 trata da estrutura conceitual e estabelece os conceitos que fundamentam a elaboração e a apresentação de demonstrações contábeis destinadas a usuários externos.

() Verdadeiro () Falso () Não sei responder

15- De acordo com CPC 00 de 2011, as características qualitativas de melhoria da informação contábil – financeira são: *Comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade.*

() Verdadeiro () Falso () Não sei responder

16- Encontra dificuldade para a prática das Normas Internacionais de Contabilidade?

() Sim () Não

17- Marque com X o que você considera vantagens e desvantagens com relação a adoção as normas Internacionais de Contabilidade.

	Vantagem	Desvantagem
a) A possibilidade que investidores e analistas entendam as demonstrações contábeis de empresas estrangeiras, as quais estariam interessadas em investir;		
b) O não aumento de custos de elaboração de demonstrações financeiras adaptadas às práticas contábeis do país, no qual a empresa deseja buscar financiamentos;		
c) A resistência à perda da soberania nacional em matéria contábil;		
d) Simplificação das tarefas relacionadas à consolidação de demonstrações contábeis de filiais espalhadas por diversos países, tornando assim, seus gestores muito mais homogêneos;		
e) Simplificação e melhora dos trabalhos de auditoria;		
f) Facilita os trabalhos dos fiscos nacionais, com relação as empresas estrangeiras, através da uniformização da mensuração dos lucros tributáveis;		
g) Excesso de flexibilidade ou exceções em temas controversos, especialmente entre os países líderes.		
h) Comparabilidade da situação competitiva de uma empresa no âmbito internacional, uma vez que seria mais simples a identificação da posição estratégica que ocupa em seu setor econômico;		

i) Existência de um sistema contábil homogêneo a nível internacional que serviria como base para o desenvolvimento de sistemas contábeis nacionais próprios àqueles países que ainda não têm um sistema contábil desenvolvido.		
j) Trata-se de um processo político, cuja função primordial reside em harmonizar os interesses das partes afetadas;		
k) A adoção das normas internacionais localmente pode não resultar em harmonização efetiva das práticas contábeis dos países, especialmente porque são desconsideradas as diferenças nacionais como sistemas jurídicos, estágio de desenvolvimento econômico e aspectos culturais, entre outros;		
l) Sempre há um custo para os países, decorrentes de adoção das normas internacionais;		
m) Pode servir como um meio de imposição da vontade dos países economicamente desenvolvidos sobre aqueles em desenvolvimento.		
n) Trata-se de um processo que não é nem prático, nem fielmente avaliável, considerando que tanto investidores quanto emissores de títulos são capazes de tomar decisões sem necessidade de disporem de normas contábeis comuns a nível internacional;		

18- Você já realizou algum curso de capacitação com relação à adoção as normas internacionais de Contabilidade?

Sim Não

19- Quais os meios que você utiliza para buscar informações na área contábil?

Sala de aula

internet;

livros, revistas e artigos;

palestras, convenções e seminário

cursos e treinamento;

telefone;

outros. _____

20- Você tem acompanhado as informações e acontecimentos inerentes a Classe Contábil, emitidas pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade) E CRC (Conselho Regional de Contabilidade)?

Sim, acesso diariamente o site CFC;

Sim, acesso semanalmente o site CRC;

Sim, as vezes;

Não acompanho;

Não tenho interesse nas informações;

21- O que dificulta sua constante atualização?

Falta de eventos na área;

Pouca oferta de cursos;

A distância de minha cidade a outros municípios maiores e capitais;

Não tenho dificuldades para me manter atualizado;

Recursos financeiros;

outros. _____

22-Quais têm sido os principais problemas hoje para o futuro Profissional Contábil com relação a adoção das Normas internacionais de Contabilidade?

Desde já agradecemos pela sua contribuição para a consecução deste estudo.

Atenciosamente,

Fábila Odlareg Moura Barbosa